

# Os paradoxos da transição energética e resistência quilombola no Alto Sertão da Bahia



Juliana Freitas\*



Fabíola Andréa Silva\*

**Resumo:** O estado da Bahia lidera a geração de energia elétrica a partir da fonte eólica no Brasil. A expansão das energias renováveis, entretanto, não afasta os efeitos negativos que esses empreendimentos causam sobre os biomas, as populações tradicionais e o patrimônio cultural. Embora apresentada como solução sustentável, a transição energética reafirma lógicas coloniais que expropriam territórios e saberes. No Alto Sertão da Bahia, lideranças reunidas no Conselho das Associações Quilombolas de Caetité (CAQMC) protagonizam enfrentamentos que evidenciam a luta por justiça territorial e por uma transição energética justa e popular.

A Bahia consolidou-se como uma das principais referências nacionais na diversificação das fontes de energia, destacando-se na geração elétrica a partir da fonte eólica. Em 2023, o estado respondeu por 26% da capacidade instalada e 33% da geração nacional. Esse desempenho tem sido reconhecido pelo governo estadual, que vem implementando políticas e mecanismos institucionais para atrair e fomentar novos empreendimentos eólicos, consolidando seu papel estratégico no setor energético nacional.

Trata-se de um processo que, nas últimas décadas, tem sido impulsionado pela aplicação de novas tecnologias de exploração e processamento voltadas a recursos antes considerados inviáveis ou mesmo irrelevantes em termos de rentabilidade (Haber, 2015, p. 73). No contexto brasileiro, a expansão da energia eólica vem sendo orientada por instrumentos normativos e econômicos, a fim de ampliar a oferta no Sistema Interligado Nacional (SIN), com ênfase em regiões de elevado potencial de geração, como o Nordeste (Medeiros Galvão et al., 2020, p. 11).

Embora apresentada como forma de uso racional do território, a implantação dos parques eólicos envolve a ocupação de extensas áreas,

\*Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE USP.

**Palavras-chave:** transição energética; comunidades quilombolas; colonialismo energético; justiça socioambiental.

não necessariamente contínuas, mas distribuídas conforme o potencial eólico local e as exigências específicas dos projetos executivos. Tais áreas consideradas potenciais frequentemente se sobrepõem a territórios habitados por comunidades tradicionais, cujas dinâmicas socioterritoriais tendem a ser ignoradas ou subestimadas nos processos de planejamento energético e/ou, posteriormente, também nas etapas de licenciamento ambiental.

### **“Nem tão limpa, nem tão justa”**

Segundo o Censo de 2022, a Bahia abriga a maior população quilombola do país, com 397.059 pessoas (29,9% do total nacional). Apesar disso, apenas 5,2% vivem em territórios oficialmente delimitados, e cerca de 5% estão em comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Essas populações permaneceram historicamente à margem das políticas públicas, enfrentando limitações estruturais em saúde, educação, infraestrutura, segurança alimentar e regularização fundiária. A ausência prolongada do Estado contribuiu para a precarização das condições de vida, a negação de direitos territoriais, a invisibilidade institucional desses coletivos nos processos de planejamento e gestão territorial, além de entraves burocráticos e desigualdades no acesso à informação e à mediação institucional.

Delegar a esses coletivos a responsabilidade por conduzir processos burocráticos e complexos, como a certificação quilombola, em meio ao avanço do capital sobre seus territórios, evidencia o deslocamento das obrigações do Estado, desconsiderando as condições de vulnerabilidade em que muitas dessas comunidades se encontram. Ademais, os modelos institucionais utilizados para o reconhecimento territorial não contemplam plenamente a organicidade e as múltiplas trajetórias históricas das comunidades negras rurais no Brasil, como ilustra o caso da comunidade Cristina, localizada em Caetité, no Alto Sertão baiano, que optou por não se certificar formalmente, mas teve parte de seu território ocupado por um parque eólico, alterando substancialmente as práticas socioterritoriais locais (Freitas, 2024).

Em Caetité, as disputas por terra e recursos atualizam uma longa trajetória de conflitos socioespaciais. A ocupação humana na região data de, pelo menos, cerca de seis mil anos atrás, sendo que a colonização teve início no século XVII, com a atuação do Morgado da Casa da Ponte, responsável por uma reformulação violenta dos territórios indígenas para a formação de grandes latifúndios, os quais, mais tarde, promoveriam a inserção forçada de populações africanas. Desde o século XVIII, há registros da presença de coletivos aquilombados nas proximidades da antiga Vila Nova do Príncipe, atual Caetité, que deram origem a formas autônomas de organização comunitária, persistentes até hoje como comunidades negras rurais (Freitas, 2024).

E, a partir de suas vivências e experiências nas paisagens sertanejas, essas populações contribuíram e seguem contribuindo de forma significativa para a construção sócio-histórica do Alto Sertão. Seus modos de vida articulam elementos oriundos de matrizes africanas, processos de adaptação às condições ecológicas locais e intercâmbios com outros coletivos, como as populações indígenas sobreviventes ao projeto colonial. Assim, a ancestralidade afrodiáspórica, permeada por confluências afro-indígenas, manifestase em formas tradicionais de conhecimento e prática, como cantaria, cerâmica, cestaria, metalurgia, tecelagem, manejo de recursos naturais, agricultura familiar, expressões religiosas afrocatólicas, dentre outros.

Atualmente, Caetité concentra quatorze comunidades negras rurais certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) - Pau Ferro; Vereda do Cais: Sapé; Mercês; Lagoa do Meio; Contendas; Olho D'Água; Sambaíba; Vargem do Sal; Malhada; Cangalha; Lagoa do Mato; Passagem de Areia; e comunidade de Lagoinha da Cobra -, enquanto que a comunidade de Riacho da Vaca encontra-se em processo de certificação. Esses coletivos, ainda marcados pelos efeitos históricos do projeto colonial, enfrentam novas pressões decorrentes do avanço dos setores energético e minerário. O discurso do “desenvolvimento sustentável”, recorrente nas narrativas empresariais, segue descolado das realidades vividas pelas comunidades afetadas.

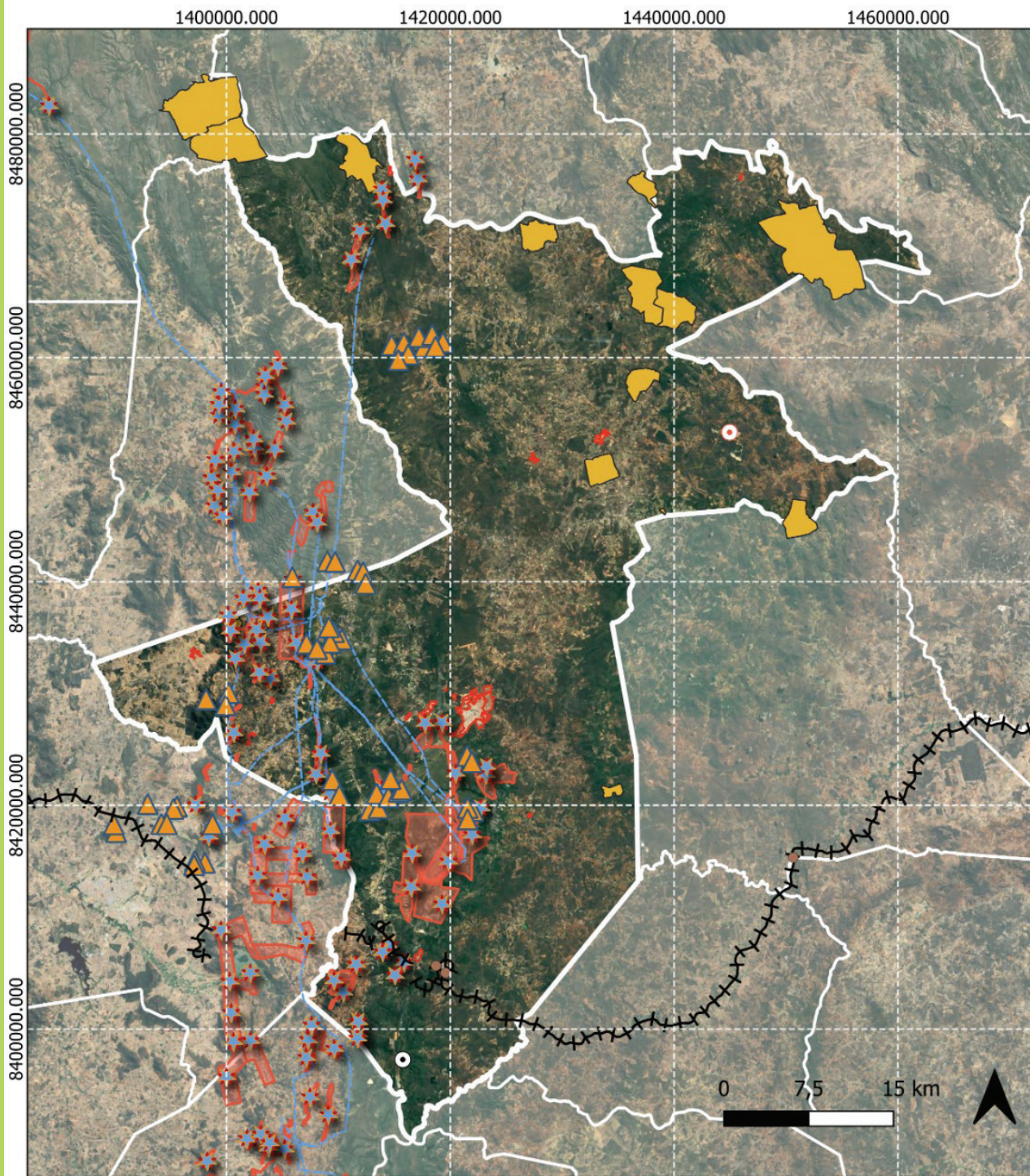
Estudos de Impacto Ambiental (EIA), em muitos casos, não consideram a presença das comunidades negras rurais e suas trajetórias históricas, inviabilizando o direito à consulta prévia, livre e informada, conforme estabelece a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Por outro lado, um dos principais desafios no processo de licenciamento ambiental no Brasil é a ausência de uma abordagem integrada que considere os impactos cumulativos e sinérgicos gerados por múltiplos empreendimentos instalados em um mesmo território. Essa lacuna também está presente nos estudos de planejamento conduzidos por instituições federais, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cuja análise geralmente se restringe a projetos individuais, desconsiderando a sobreposição espacial e temporal de efeitos socioambientais.

Até mesmo as estratégias de ESG (Environmental, Social and Governance) adotadas por algumas empresas, mesmo associadas à Agenda 2030 da ONU e a práticas de preservação ambiental, responsabilidade social e transparência corporativa, atuam em muitos casos como mecanismos de legitimação simbólica de sua presença nos territórios, sem enfrentar as causas estruturais da expropriação e nem promover mudanças efetivas nas condições de exclusão e vulnerabilidade.

Caetité, por exemplo, configura-se como polo estratégico do setor energético, com destaque para o Complexo Eólico Alto Sertão I, inaugurado em 2012, inicialmente operado pela Renova Energia e atualmente sob gestão da Elera Renováveis, com 184 aerogeradores e 294,4 MW de capacidade instalada. O município de Caetité também abriga a única mina de urânio em operação no Brasil, a Mina do Engenho, da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), foco de denúncias por impactos sobre comunidades quilombolas. Além disso, a Bahia Mineração S.A. (BAMIN), controlada pelo Eurasian Resources Group, explora minério de ferro em áreas originalmente pertencentes às comunidades negras rurais de Palmito e Antas, ‘deslocadas’ para dar lugar ao Projeto Mina de Ferro. A BAMIN ainda detém a concessão de parte do trecho baiano da Ferrovia de Integração Leste-Oeste, a FIOL (Freitas, 2024).

Conforme indicam as informações cartográficas observadas, destaca-se o fato de que a porção sul e oeste do município já está tomada por diversos empreendimentos. Nesses locais, muitos parques eólicos têm previsão para se tornarem híbridos, com a instalação de usinas fotovoltaicas em áreas já impactadas com a implantação dos parques. Também se nota o avanço em processos de direitos minerários junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) para todas as áreas do município, inclusive em território quilombola ou no seu entorno. Assim como há previsão para a instalação de mais parques eólicos, especialmente no norte de Caetité, novamente em território quilombola ou no seu entorno imediato.

# EMPREENDIMENTOS | MUNICÍPIO DE CAETITÉ (BA)



## Legenda

### Sistema Energético

- |  |                              |                           |
|--|------------------------------|---------------------------|
| ▲ Centrais Geradoras Solares Fotovoltaicas | — Linha de Transmissão (EOL) | ⊙ Projeto Pedra de Ferro  |
| ★ Central Geradora Eólica - EOL            | ■ Parques Eólicos Válidos    | ⊕ FIOL                    |
|  | ⊙ INB                        | ■ Comunidades Quilombolas |

Figura 1. Mapa dos empreendimentos instalados ou em implantação em Caetité, em relação aos territórios quilombolas em processo de titulação. Fonte: adaptado de Souza (2021, p. 62).

As comunidades quilombolas enfrentam crescente pressão territorial. Lideranças denunciam práticas empresariais unilaterais, com abordagens invasivas e promessas de compensação sem qualquer consulta formal, em desacordo com o direito à consulta prévia, livre e informada. Soma-se a isso a intensificação da especulação fundiária, com a valorização artificial das terras e a venda indevida de terrenos situados em territórios quilombolas, muitas vezes por terceiros sem legitimidade. Casos de grilagem também têm se multiplicado, gerando insegurança jurídica e conflitos com posseiros ou empresas que se apropriam indevidamente das áreas. Esse cenário agrava tensões internas nas comunidades, provocando divisões entre famílias e lideranças, especialmente diante de promessas de benefícios individuais feitas por representantes empresariais sem o devido processo coletivo de decisão.

O Quilombo de Olho D'Água, localizado nas proximidades do parque eólico operado pela Renova Energia, não recebeu contrapartidas efetivas, refletindo uma situação recorrente entre comunidades rurais da região. Outros empreendimentos eólicos também têm atuado em áreas de comunidades quilombolas como Lagoa do Mato, Mercês e Malhada, sem a devida consulta prévia ou garantias de compensação adequadas. Simultaneamente, mineradoras como a multinacional Aclara, voltada à extração de terras raras utilizadas na fabricação de turbinas eólicas, avança sobre o território do Quilombo da Lagoa do Meio, representando uma ameaça concreta à permanência dessa comunidade; enquanto comunidades quilombolas como Pau Ferro, Malhada, Lagoa do Mato e, principalmente, Riacho da Vaca enfrentam os efeitos adversos da mineração de urânio conduzida pela Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

A ausência de uma leitura territorial mais ampla enfraquece o licenciamento ambiental e limita a eficácia das políticas públicas de ordenamento e proteção de comunidades tradicionais. Sem considerar os impactos cumulativos, os instrumentos legais tornam-se insuficientes para garantir a resiliência dos ambientes e das populações afetadas.

Esses não são impactos pontuais, mas expressam uma lógica de colonialismo energético, na qual a modernidade tecnológica e a ideia de 'energia limpa' sustentam-se em práticas de expropriação fundiária, simbólica e epistêmica (QUIJANO, 2000).

Desta forma, a 'transição' energética, embora promovida como resposta sustentável à crise climática, revela contradições profundas. Sustenta-se em formas intensivas de extrativismo e reproduz lógicas históricas de espoliação, aprofundando desigualdades e comprometendo a integridade socioambiental de regiões vulneráveis, como as comunidades quilombolas situadas na Caatinga, no Polígono das Secas. Longe de representar uma ruptura com os paradigmas predatórios do passado, a 'transição' reconfigura os vetores de exploração sob o discurso de 'sustentabilidade', sem, contudo, enfrentar suas implicações territoriais, sociais e culturais.

Essas comunidades, entretanto, resistem à lógica produtivista dessa "sociedade do cansaço" (HAN, 2015), marcada pela exaustão subjetiva e pelo esvaziamento das coletividades. Quando lideranças afirmam que "só queremos viver sossegado", expressam uma crítica profunda ao processo de expropriação dos tempos e territórios, ao mesmo tempo em que projetam um futuro ancorado no bem viver, na autonomia e na permanência territorial.

Esse panorama é agravado por retrocessos legais e ambientais, entre eles o Projeto de Lei nº 364/2019, conhecido como "PL da Devastação", que propõe a flexibilização dos mecanismos de licenciamento ambiental. A conjugação entre crise climática,

enfraquecimento de políticas públicas e ausência de consulta prévia às populações tradicionais intensifica processos de vulnerabilização e subalternização.

A atuação crítica das comunidades e de organizações como o Conselho das Associações Quilombolas do Município de Caetité (CAQMC), reforça que não há futuro sustentável sem o reconhecimento pleno das populações marginalizadas como sujeitos de direito e agentes de outros modelos de desenvolvimento. Diante das tensões socioterritoriais em curso, a prática arqueológica pode contribuir de modo significativo, desde que fundamentada em princípios éticos e metodológicos orientados ao diálogo com as comunidades envolvidas. A prática arqueológica, quando sensível às narrativas locais e ao reconhecimento das memórias coletivas, pode ultrapassar os limites da atuação técnica tradicional e afirmar o território como espaço de vida, de memória e de resistência frente às dinâmicas extrativistas contemporâneas.

## Referências

FREITAS, Juliana. Tecnologias e Territórios Tradicionais no Alto Sertão Baiano – Uma proposta de Arqueologia Colaborativa com as Comunidades Quilombolas do Município de Caetité - BA. Qualificação de Doutorado. 2024. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/ Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo. Não publicado.

HABER, Alejandro. Contratempo: Arqueologia de Contrato ou uma trincheira na batalha pelos mortos. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, p. 64–77, 2015. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/428>. Acesso em: 08 jun. 2025.

HAN, Byung-Chul. A sociedade do cansaço. Tradução de [nome do tradutor, se houver]. Petrópolis: Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: população residente, total e quilombola, por localização do domicílio: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9578>. Acesso em: 8 jun. 2025.

MEDEIROS GALVÃO, Maria Luiza de. et al. Connections between wind energy, poverty and social sustainability in Brazil's Semi-arid. *Sustainability*, v. 12, n. 3, p. 864, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12030864>. Acesso em: 2025-06-06.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Internacional de Sociologia*, v. 68, n. 3, p. 73–108, 2000.

SANTOS, Elaine. Reflexões sobre o colonialismo energético. *Jornal da USP*, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulas/elaine-santos/reflexoes-sobre-o-colonialismo-energetico/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA BAHIA (SEINFRA). Disponível em: <https://www.ba.gov.br/infraestrutura/noticia/2024-03/5855/bahia-e-responsavel-por-26-da-capacidade-instalada-de-energia-eolica-do-pais>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SOUZA, Simone Almeida de. Responsabilidade socioambiental: uma análise da atuação dos megaempreendimentos em territórios quilombolas de Caetité – BA. 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, 2021.

